

Langoni cobra mudança salarial

Rio — "A solução para a crise brasileira, mais do que as medidas do novo pacote econômico, surgirá da solidariedade e participação da sociedade brasileira em relação às decisões a serem adotadas" — disse ontem o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, cerca de 300 representantes do sistema financeiro, ao empossar, em almoço no Rio Palace, a nova diretoria da Associação Brasileira de Bancos Comerciais, agora presidida por Jorge Wilson Simeira Jacob. Acrescentou Langoni que comprehende e compartilha das preocupações do povo brasileiro diante da iliquidez internacional do País e dos sacrifícios que a correção desse fato significará para todos.

Num meio improviso, considerado por muitos banqueiros como um verdadeiro discurso de candidato a ministro de Estado, Langoni definiu basicamente o que considera um programa adequado para recuperar a economia

nacional, destacando que o país não tem mais condições de suportar, dentro dos níveis atuais, inflação com recessão. Assim, torna-se urgente realinhar nova estratégia, através de uma política monetária restritiva, capaz de minimizar os sacrifícios indispensáveis, mas viabilizando o desenvolvimento nacional: "a solução depende de montagem política, de decisões do Congresso. Mas precisamos de medidas amplas, que distribuam de forma adequada os custos sociais e reduzam o grau de incerteza da sociedade brasileira.

Em seu pronunciamento, mais tarde reafirmando na entrevista que concedeu à imprensa, o presidente do Banco Central acentuou que a política salarial tem causado graves danos à economia nacional, na medida em que incorpora distorções correspondentes à inflação passada, em vez de refletir os níveis estimados para a inflação futura, transformando em efeitos permanen-

tes os eventuais aumentos de preços, ao realimentar assim os índices que servem de cálculo para os ativos e passivos financeiros: "acredito que o país já esteja maduro para implantarmos o sistema de livre negociação salarial".

O presidente do Banco Central alinhou as seguintes medidas: redução drástica do déficit público com ênfase nos subsídios diretos e indiretos e nas estatais; minimizar a pressão dos aumentos salariais na economia; liberação dos limites quantitativos do crédito, com exceção das estatais; redução do imposto sobre operações financeiras, que baixa cerca de 50% o custo operacional.

Segundo Langoni, depois de ajustar as dificuldades internas e normalizar as negociações a dívida externa, "o Banco Central poderá usar o open market residualmente, não precisando desse instrumento para financiar o déficit interno".